

Editorial: A centelha de uma política alternativa

Editorial da revista Anticapitalista de setembro 2019.

Há quatro anos combatíamos a política austeritária do governo PSD/CDS, para travar o empobrecimento e a destruição de direitos sociais e do trabalho. A urgência de uma política alternativa culminou, no plano institucional, no acordo parlamentar entre o PS e o Bloco, PCP e PEV, que suporta o atual governo.

A necessidade de criar maiorias em torno de uma política alternativa não foi nunca uma luta circunscrita, nem ao período da Troika, nem ao plano material. A direita reorganizada no pós-25 de Abril e o “socialismo na gaveta” do PS têm-se dedicado, nas últimas décadas, a destruir a concepção do mundo em comum que o período revolucionário construiu. As privatizações, o retrocesso das leis laborais, a economia de mercado que se alastrou à saúde, à educação, ou à habitação, têm como consequência não só a intensificação da exploração e o aprofundar das desigualdades, como contribuem para enfraquecer a esperança numa sociedade pautada pela justiça social e pela igualdade. À “sociedade em comum”, opõe-se a sociedade como somatório de indivíduos que quebra laços de solidariedade com a simulação de conflitos, sejam eles entre gerações ou classes profissionais, jogos de soma 0 que ofuscam o que temos em comum. O teatro engendrado pelo governo PS para virar o país contra os professores, ameaçando a sua demissão, é apenas um exemplo desta prática.

Depois de um movimento social em exaustão pela agressividade da política austeritária, o acordo parlamentar de 2015 provou ser possível fazer diferente e devolveu a esperança num futuro que pode e deve ser construído democraticamente, em que a luta constrói agenda política e a converte em realidade. As lutas sociais cresceram, enchendo de novo as ruas. O acordo parlamentar possibilitou um longo rol de vitórias “impossíveis”, mas provou também que a luta não se faz em vão. Quando as greves mexem com o país, quando a Greve Climática leva dezenas de milhares a faltar às aulas para defenderem o clima, quando a Greve Feminista junta outras dezenas de milhares,

estamos perante a recuperação de uma democracia participada e a politização da sociedade que tanto perturba a hegemonia de ideias. A direita vê nestes momentos o “falhanço” do governo e da solução à esquerda. Nós vemos nos consensos construídos, defendidos na ação política de rua e pela reorganização do movimento social, a reanimação da política. A possibilidade de uma política alternativa que ajudámos a criar foi a centelha que reacendeu a luta popular que não cessa em reivindicar.

Sempre soubemos que não há política alternativa sem mobilização social e que não se constrói futuro apesar das pessoas, mas com as pessoas. Neste sentido, as legislativas de outubro são um momento importante do processo de combate à impossibilidade, de recuperação de uma sociedade em comum. 2015 está já distante, o PS e a direita recuperam, sem pudor, a sua dedicação à destruição do que a Revolução construiu. Exemplo paradigmático é o decretar de serviços mínimos exagerados que asfixiam o direito à greve e protegem os lucros das empresas. É, pois, urgente reforçar posições para defender o até agora conquistado, bem como para tornar possível o impossível. Não estamos em tempo de hesitações, mas de posicionamentos claros.

Em outubro, apresentamo-nos às eleições com a força que fomos construindo com a politização de cada espaço e a disputa de mentalidades, para que a janela por onde espreitou a esperança não se feche, mas se abra com o estrondo de uma maioria que acredita num caminho em que “ninguém solta a mão de ninguém”.